



Art.1º Exonerar, a pedido, WAINY APARECIDA DE SOUZA PIRES VITOR, CPF/ME nº 012.***.***-21, do cargo efetivo de Professor, Nível IV, do Quadro Permanente do Magistério, da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mas seus efeitos retroagem a 1º de agosto de 2022.

Goiânia, 19 de setembro de 2022.

EMÍLIA MUNHOZ GAIVA
Secretária de Estado da Casa Civil substituta

Protocolo 331092

PORTARIA Nº 898, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 9.375, de 2 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta do Processo nº 202200006048937,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o Decreto de 8 de junho de 1993, publicado nas páginas 16 e 17 do Diário Oficial nº 16.719, do dia 16 do mesmo mês e ano, somente na parte em que nomeou JOANA BATISTA APARECIDA DE JESUS, CPF/ME nº 534.***.***-44, para exercer o cargo de Professor I, do Quadro Permanente do Magistério, da então Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, apenas quanto ao nome, a fim de considerá-lo JOANA BATISTA APARECIDA DE JESUS OLIVEIRA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 19 de setembro de 2022.

EMÍLIA MUNHOZ GAIVA
Secretária de Estado da Casa Civil substituta

Protocolo 331094

PORTARIA Nº 900, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 9.375, de 2 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta do Processo nº 202200006049184,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o Decreto de 6 de novembro de 1995, publicado nas páginas 2 a 10 do Diário Oficial nº 17.325, do dia 1º de dezembro do mesmo ano, somente na parte em que nomeou EDA LÚCIA DE ANDRADE, CPF/ME nº 449.***.***-49, para exercer

o cargo de Professor I, do Quadro Permanente do Magistério, da então Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, apenas quanto ao nome, a fim de considerá-lo EDA LÚCIA DE ANDRADE CÂNDIDO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 19 de setembro de 2022.

EMÍLIA MUNHOZ GAIVA
Secretária de Estado da Casa Civil substituta

Protocolo 331095

Defensoria Pública

PORTARIA Nº 381/2022 - GABINETE/DPG.

O Defensor Público-Geral do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 12, incisos I, XII, XX, e XXI, da Lei Complementar Estadual nº 130/2017, e,

Considerando o disposto da Lei Complementar Estadual nº 130/2017;

Considerando a necessidade de adequação da estrutura orgânica da Defensoria Pública do Estado de Goiás;

Considerando o inteiro teor do processo administrativo nº 202210892004965.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar **Richard Pinheiro Santos**, inscrito no CPF nº 704.100.791-03, do cargo de Assessor Especial 1 (CC-5), a partir de 19 de setembro de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

À Diretoria-Geral de Administração e Planejamento para o fiel cumprimento.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado, aos 16 dias do mês de setembro de 2022.

DOMILSON RABELO DA SILVA JÚNIOR
Defensor Público-Geral do Estado

Protocolo 330780

Secretaria de Estado da Administração

Edital

O Secretário de Estado da Administração de Goiás - SEAD, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste termo e demais normas pertinentes à matéria, TORNA PÚBLICO o Primeiro Termo de Retificação do Edital de Abertura nº 008/2022, conforme segue: **Art. 1º** Fica **RETIFICADO** o **Prêmbulo** do Edital de Abertura nº 008/2022, com exclusão do conteúdo em destaque, passando a conter a seguinte redação:

O Secretário de Estado da Administração de Goiás - SEAD, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a realização de Concurso Público, que obedecerá às normas preconizadas pela Constituição Federal de 1988 - Título III, Capítulo VII - Da Administração Pública e Constituição Estadual de 1989 - Título III - Da Administração Pública; Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; Lei nº 20.491/2019 - Estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências; Lei Estadual 20.756/2020 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, e dá outras providências; Lei 19.587/2017 - Estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da Administração Pública Estadual;- Lei Estadual nº 16.901/2010 - Dispõe sobre a lei orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás; Lei Estadual nº 14.275/2002 - Dispõe sobre a investidura nos cargos do Quadro de Pessoal da Polícia Civil e dá outras providências; Decreto Estadual nº 147/1970 (alterado pela Lei nº 7.668/1973, pelo artigo 25 da Lei nº 11.257/1990, pelo artigo 2º da

Lei nº 14.727/2004 e pelos art. 1º, 2º e 3º da Lei nº 16.897/2010 e revigorado pelo art. 2º da Lei nº 11.181/1990) - Baixa o Estatuto dos servidores públicos policiais civis do Estado de Goiás.

Art. 2º Fica RETIFICADO o item 3 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração dos subitens 3.1.2 e 3.1.6**, passando a conter a seguinte redação:

3.1.2 ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo dos direitos políticos nos termos do art. 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil; estar em gozo dos direitos políticos;

3.1.6 ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse de inscrição no Curso de Formação;

Art. 3º Fica RETIFICADO o item 6 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração do subitem 6.3**, passando a conter a seguinte redação:

6.3 São consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o artigo 3º da Lei Estadual nº 14.715, de 04 de fevereiro de 2004, as que se enquadram nas categorias de I a IV V a seguir:

V - Transtorno do Espectro Autista, nos termos da Lei Estadual n. 19.075/2015.

Art. 4º Fica RETIFICADO o item 9 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração da Tabela 9.1 e subitem 9.2**, passando a conter a seguinte redação:

TABELA 9.1

NÍVEL SUPERIOR							
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
Delegado de Polícia Substituto	1ª	Prova Objetiva	Direito Penal	12	0,32	3,84	Eliminatório e Classificatório
			Direito Processual Penal	12	0,32	3,84	
			Legislação Especial Penal e Processual Extravagante	12	0,32	3,84	
			Direito Constitucional	12	0,32	3,84	
			Direito Administrativo	12	0,32	3,84	
			Criminologia e Medicina Legal	05	0,32	1,6	
			Direito Civil e Empresarial	05	0,32	1,6	
			Direito Eleitoral	05	0,32	1,6	
			Direito Tributário	05	0,32	1,6	
			Direito Ambiental	05	0,32	1,6	
			Direitos Humanos	05	0,32	1,6	
			Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e Econômica do Estado de Goiás	05	0,32	1,6	
			Legislação Estadual	05	0,32	1,6	
			TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			100	
2ª	Discursiva Grupo I 8 questões	Direito Penal e Direito Processual e Legislação Especial		08	02	16	Eliminatório e Classificatório
		Direito Administrativo		02	02	04	
	Discursiva Grupo II 8 questões	Direito Constitucional		04	02	08	
		Direito Civil		02	02	04	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			16	-----	32	-----	
3ª	Avaliação de Aptidão Física		De acordo com o item 13		-----	-----	Eliminatório
4ª	Avaliação Médica		De acordo com o item 14		-----	-----	Eliminatório
5ª	Avaliação Psicológica		De acordo com o item 15		-----	-----	Eliminatório
6ª	Avaliação de Vida Progressiva e Investigação Social		De acordo com o item 16		-----	-----	Eliminatório
7ª	Curso de Formação		De acordo com o item 17			38	Eliminatório e Classificatório
8ª	Avaliação de Títulos		De acordo com o item 18			03	Classificatório
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS						105	-----

9.2 Os conteúdos programáticos referentes à Prova Objetiva e Prova Discursiva são os constantes do Anexo II deste Edital, a legislação a ser aplicada é a vigente no momento da publicação do Edital de Abertura, divulgado na data de 26 de agosto de 2022.

Art. 5º Fica RETIFICADO o item 10 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração do subitem 10.7.1**, passando a conter a seguinte redação:

10.7.1 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto, nos termos da Lei nº 9.503, art. 159, de 23/9/97.

Art. 6º Fica RETIFICADO o item 12 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração do subitem 12.2, Tabela 12.2 e acréscimo do subitem 12.4.1**, passando a conter a seguinte redação:

12.2 A Prova Discursiva será composta de 16 (dezesesseis) questões de Conhecimentos Específicos, podendo ser questões teóricas e/ou estudo de caso, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.

Tabela 12.2

Aspectos:	Descrição:	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	1,0
2	Atendimento ao tema proposto na questão.	0,4
3	Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.	0,2
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa.	0,4
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS POR QUESTÃO DA PROVA DISCURSIVA		02 (dois pontos)

Art. 7º Fica **RETIFICADO** o item 13 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração do subitem 13.4.4**, passando a conter a seguinte redação: 13.4.4 A documentação necessária para realização da Avaliação deverá ser apresentada exclusivamente para este edital e para o cargo em que está inscrito, não podendo ser reutilizada em outros cargos, ainda que deste mesmo edital.

Art. 8º Fica **RETIFICADO** o item 14 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração do subitem 14.1.1**, passando a conter a seguinte redação: 14.1.1 Somente será convocado para participar desta fase do certame o candidato que obtiver a pontuação estabelecida no subitem 12.4 e for "apto" na Avaliação de Aptidão Física, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital. Os candidatos que não forem convocados para a Avaliação Médica na forma do subitem anterior estarão automaticamente eliminados do certame e não terão classificação no concurso.

Art. 9º Fica **RETIFICADO** o item 15 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração dos subitens 15.9**, passando a conter a seguinte redação: 15.9 Será considerado inapto para admissão no Curso de Formação - **CF/PCGO**, o candidato que apresentar as seguintes características Para a Avaliação Psicológica serão consideradas as seguintes características:

Art. 10º Fica **RETIFICADO** o item 16 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração dos subitens 16.5.1**, passando a conter a seguinte redação:

16.5.1 Cópia autenticada digitalizada da seguinte documentação:

Art. 11º Fica **RETIFICADO** o item 21 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com acréscimo do subitem 21.4.1**, passando a conter a seguinte redação:

21.4.1 Os recursos contra o resultado de qualquer tipo de prova Discursiva não poderão conter nenhum tipo de identificação do candidato sob pena de não serem analisados.

Art. 12º Fica **RETIFICADO** o item 25 do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração do subitem 25.6.1**, passando a conter a seguinte redação:

25.6.1 O resultado de cada fase não terá validade para uso outros concursos da Polícia Civil do Estado de Goiás PCGO ou de outras instituições, ressalvado o disposto no subitem 16.17 deste Edital.

Art. 13º Fica **RETIFICADO** o Anexo II do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração do conteúdo programático da Prova Objetiva, nas áreas de conhecimento:** Direito Penal; Direito Processual Penal; Legislação Especial; Direito Administrativo; Direito Constitucional; Direito Civil e Empresarial; Direito Eleitoral; Direito Tributário; Direito Ambiental e Direitos Humanos, passando a conter a seguinte redação:

Direito Penal: 1 Introdução ao direito penal. 1.1 Conceito, caracteres características, velocidades e função do direito penal. 1.2 Princípios básicos do direito penal. 1.5 Escolhas penais, garantismo, funcionalismo e direito penal do inimigo. 2 A lei penal. 2.1 Características, fontes, classificações, analogia, interpretação, vigência e aplicação. 2.2 Lei penal no tempo e no espaço. 2.3 Imunidade. 2.4 Condições de punibilidade. 2.5 Concurso Conflito aparente de normas. 2.6 Lei penal em branco. 3 Teoria geral do crime. 3.1 Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. 3.2 Bem jurídico. 3.3 Tempo e lugar do crime. 3.4 Punibilidade. 3.5 Concurso de crimes e crime continuado. 3.6 Fato típico: conduta; resultado; relação de causalidade e tipicidade. 4 Teoria do tipo. 4.1 Crime doloso e crime culposo. 4.2 Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. 4.3 Erro de tipo. 4.4 Classificação jurídica dos crimes. 4.5 Crimes comissivos e omissivos. 4.6 Crimes de dano e de perigo. 4.7 Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. 4.8 Iter criminis. 4.9 Consumação e tentativa. 4.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 4.11 Arrependimento posterior. 4.12 Crime impossível. 5 Ilícitude. 5.1 Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. 6 Teoria geral da culpabilidade. 6.1 Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. 6.2 Princípio de culpabilidade. 6.3 Culpabilidade e pena. 6.4 Causas de exclusão da culpabilidade. 6.5 Imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. 6.6 Erro de proibição. 7 Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação. 8 Teoria geral da pena. 8.1 Cominação das penas. 8.2 Penas privativas de liberdade. 8.3 Penas restritivas de direitos. 8.4 Regimes de pena. 8.5 Pena pecuniária. 8.6 Medidas de segurança. 8.7 Aplicação da pena. 8.8 Elementares e circunstâncias. 8.9 Causas de aumento e de diminuição das penas. 8.10 Fins da pena. 8.11 Livramento condicional e suspensão condicional da pena. 8.12 Efeitos da condenação. 8.13 Execução penal. 9 Extinção da punibilidade. 9.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. 9.2 Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas. 10 Crimes. 10.1 Crimes contra a pessoa. 10.2 Crimes contra o patrimônio. 10.3 Crimes contra a propriedade imaterial. 10.4 Crimes contra a propriedade intelectual. 10.5 Crimes contra a organização do trabalho. 10.6 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 10.7 Crimes contra a dignidade sexual. 10.8 Crimes contra a família. 10.9 Crimes contra a incolumidade pública. 10.10 Crimes contra a paz pública. 10.11 Crimes contra a fé pública. 10.12 Crimes contra a administração pública. 10.13 Crimes contra as finanças públicas. 10.14 Crimes contra o Estado democrático de direito. 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 12 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Processual Penal: 1 Direito processual penal. 1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características. 1.2 Fontes. 1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. 1.4 Sistemas de processo penal. 2 Inquérito policial. 2.1 Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamentos; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notícia criminis; delatário criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos; presidência, arquivamento e trancamento. 2.2 Demais investigações preliminares. 2.3 Acordo de não persecução penal. 3 Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. 4 Ação penal. 4.1



Conceito, características, espécies e condições. 4.2 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. 4.3 Citação, intimação, interdição de direito. 5 Competência. 5.1 Critérios de determinação e modificação. 5.2 Incompetência. 5.3 Conexão e continência. 5.4 Questões e processos incidentes. 6 Juizados especiais criminais. 7 Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo. 8 Provas. 8.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 8.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 8.3 Valoração. 8.4 Ônus da prova. 8.5 Provas ilícitas. 8.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. 8.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. 8.8 Exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral. 9 Prisão. 9.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. 9.2 Prisão em flagrante. 9.3 Prisão temporária. 9.4 Prisão preventiva. 9.5 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. 9.6 Fiança. 9.7 Medidas cautelares diversas da prisão. 10 Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de seguimento/rança segurança em matéria criminal. 11. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 12. Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo; procedimento especial do Tribunal do Júri. 13 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 14 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Legislação Especial: 1. Decreto-Lei n. 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais. 2. Lei n. 1.521/1951 - Lei dos Crimes contra a Economia Popular. 3. Lei n. 2.889/1956 - Lei do Crime de Genocídio. 4. Lei n. 5.250/1967 - Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. 4. Decreto-lei n. 201/1967 - Crimes de responsabilidade. 6. Lei n. 5.553/1968 (contravenção penal de retenção de documento de identificação). 7. Lei n. 7.210/1984 - Lei de Execução Penal. 8. Lei nº 7.492/1986 - Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. 9. Lei n. 7.716/1989 - Lei dos Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor. 10. Lei n. 7.960/1989 - Lei de Prisão Temporária. 11. Lei n. 8.069/1990 - Da prática de ato infracional. 12. Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente. 13. Da infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente. 14. Dos Crimes contra a criança e ao adolescente. 15. Lei n. 8.072/1990 - Lei dos Crimes Hediondos. 16. Lei n. 8.078/1990 - Crimes contra o Consumidor. 17. Lei n. 8.137/1990 - Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo. 18. Lei n. 8.176/1991 - Lei dos crimes contra a ordem econômica. 19. Lei n. 8.666/1993 - Crimes tipificados na Lei das Licitações. 20. Lei n. 9.099/1995 - Lei dos Juizados Especiais Criminais. 21. Lei n. 9.296/1996 - Lei da Interceptação de Comunicações Telefônicas. 22. Lei n. 9.434/1997 - Crimes tipificados na Lei de Transplantes. 23. Lei n. 9.455/1997 - Lei de Tortura. 24. Lei n. 9.503/1997 - Crimes de Trânsito. 25. Lei n. 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais. 26. Lei n. 9.613/1998 - Lei da Lavagem de Dinheiro. 27. Lei n. 9.069 9.609/1998 - Infrações Penais contra a propriedade intelectual. 28. Lei n. 9.807/1999 - Proteção a vítimas e testemunhas. 29. Lei n. 10.671/2003 - Crimes tipificados no Estatuto de Defesa do Torcedor. 30. Lei n. 10.741/2003 - Crimes tipificados no Estatuto do Idoso. 31. Lei n. 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento. 32. Lei n. 11.101/2005 - Disposições penais da Lei de Falências. 33. Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. 34. Lei n. 11.343/2006 - Lei de Drogas. 35. Lei n. 12.830/2013 - Lei de Investigação Criminal. 36. Lei n. 12.850/2013 - Lei das Organizações Criminosas. 37. Lei n. 12.965/2014 (Marco civil da Internet). 38. Lei n. 13.146/2015 - Crimes tipificados no Estatuto da Pessoa com Deficiência. 39. Lei n. 13.260/2016 - Lei do Terrorismo. 40. Lei n.º 12.037/2009 - Identificação Criminal do civilmente identificado. 41. Lei n.º 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). 42. Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 43. Lei n. 13.869/2019 - Lei do Abuso de Autoridade. 44. Lei nº 13.964/2019 (Aperfeiçoa a Legislação Penal e Processual Penal). 45. Lei n. 14.344/2022 - Violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente. 46. Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Administrativo: 1 Conceito e fontes do direito administrativo. 1.1 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo. 1.2 Princípios da Administração Pública. 2 Administração Pública: organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos. 3 Administração indireta e entidades paralelas. 3.1 Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista. 4 Atos administrativos. 4.1 Conceitos, requisitos, elementos, atributos, pressupostos e classificação. 4.2 Fato e ato administrativo. 4.3 Atos administrativos em espécie. 4.4 O silêncio no direito administrativo. 4.5 Cassação. 4.6 Revogação e anulação. 4.7 Processo administrativo. 4.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 4.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 4.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 4.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 4.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 4.13 Atos administrativos gerais e individuais. 4.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 4.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 4.16 Ato administrativo inexistente. 4.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 4.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 4.19 Vícios do ato administrativo. 4.20 Teoria dos motivos determinantes. 4.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. 5.2 Poder disciplinar. 5.3 Poder de polícia. 5.4 Liberdades públicas e poder de polícia. 5.5 Discricionariedade e vinculação. 6 Serviços públicos: regulação, concessão, permissão e autorização do serviço público. 6.1 Outorga e delegação. 6.2 Direitos dos usuários dos serviços públicos. 7 Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. 7.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. 8 Bens públicos. 8.1 Regime jurídico. 8.2 Aquisição e alienação dos bens públicos. 8.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares. 9 Licitações: modalidades e procedimentos Lei Federal nº 14.133/2021. 10 Contratos administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021). 11 Convênios e consórcios administrativos. 12 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo. 13 Agentes públicos: espécies e classificação. 13.1 Cargo, emprego e função públicos. 13.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 13.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa. 13.4 Lei Estadual nº 20.756/2020. 14 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil. 15 Administração pública. 15.1 Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito. 15.2 Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. 16 Regime jurídico administrativo. 16.1 Conceito. 16.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. 16.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 16.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. 17 Agências reguladoras. 18 Processo administrativo. 18.1 Lei estadual nº 13.800/2001. 19 Poderes e deveres da administração pública. 19.1 Poder regulamentar. 19.2 Dever de agir. 19.3 Dever de eficiência. 19.4 Dever de probidade. 19.5 Dever de prestação de contas. 19.6 Uso e abuso do poder. 19.7 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. 20 Lei nº 8.987/1995 (regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos). 21 Lei nº 11.079/2004 (parceria público-privada). 21.1 Disposições doutrinárias. 21.2 Conceito. 21.3 Delegação: concessão, permissão e autorização. 22 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 23 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 24 Modalidades. 25 Tipos. 26 Procedimento. 27 Anulação e revogação. 28 Improbidade administrativa. 29 Processo Administrativo Disciplinar da Lei estadual n. 20.756/2020. 30 Responsabilidade civil do Estado. 31 Acesso à informação. 32 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Constitucional: 1 Direito constitucional. 1.1 Noções gerais, ciclos constitucionais. 2 Classificações das constituições. 3 Poder constituinte. 3.1 Fundamentos do poder constituinte. 3.2 Poder constituinte originário e derivado. 3.3 Reforma e revisão constitucionais. 3.4 Limitação do poder de revisão. 3.5 Emendas à Constituição. 3.6 Poder constituinte e revolução. 3.7 Estrutura da Constituição. 4 Controle de constitucionalidade. 4.1 Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. 4.2 Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. 4.3 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. 4.4 Arguição de descumprimento de preceitos fundamentais. 4.5 O fenômeno Jurídico da desconstitucionalização. 4.6 Recepção; inconstitucionalidade superveniente; repristinação. 5 Interpretação constitucional. 6 Direitos e deveres fundamentais. 6.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 6.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 6.3 Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. 6.4 Partidos políticos. 6.5 Garantias constitucionais individuais. 6.6 Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. 6.7 Remédios do direito constitucional Ações e remédios constitucionais: habeas corpus; mandado de segurança;



mandado de injunção; habeas data; ação popular. 6.8 Direitos Sociais e sua efetivação. 6.9 Tratados Internacionais de Direitos Humanos e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro. 7 Poder legislativo. : fundamento, atribuições e garantias de independência. 8 Processo legislativo. : fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. 9 Poder executivo. 9.1 Forma e sistema de governo. 9.2 Chefia de Estado e chefia de governo. 9.3 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 10 Poder judiciário. 11 Funções essenciais à Justiça. 12 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 12.1 Segurança Pública. 12.2 Organização da segurança pública. 12.3 Estado de defesa e estado de sítio. 13 Atribuições constitucionais da Polícia Judiciária. 14 Ordem social. 15 Tratados e Convenções. 15.1 Convenção de Mérida. 15.2 Convenção de Palermo. 15.3 Convenção de Viena. 15.4 Pacto de São José da Costa Rica. 15.5 Tratado de Roma. 16 Conceito, objeto, elementos e classificações da Constituição. História das Constituições. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Neoconstitucionalismo. Poder constituinte decorrente. 17 Organização do Estado. 17.1 Organização político-administrativa. 17.2 Estado federal brasileiro. 17.3 A União. 17.4 Estados federados. 17.5 Municípios. 17.6 O Distrito Federal. 17.7 Territórios. 18 Administração pública. 18.1 Disposições gerais. 18.2 Servidores públicos. 19 Organização dos poderes no Estado. 19.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 20 Comissões parlamentares de inquérito. 21 Organização e competências. 22 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 23 Funções essenciais à justiça. 23.1 Ministério Público. Princípios, garantias, vedações, organização e competências. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). 24 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. 24.1 Limitações do poder de tributar. 24.2 Impostos da União, dos Estados e dos municípios. 24.3 Repartição das receitas tributárias. 25 Finanças públicas. 25.1 Normas gerais. 26 Ordem econômica e financeira. 26.1 Princípios gerais da atividade econômica. 26.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 27 Sistema Financeiro Nacional. 28 Constituição do Estado de Goiás. 29 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Civil e Empresarial: 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2 Pessoa natural. 3 Pessoa jurídica. 4 Personalidade. 5 Domicílio e residência. 6 Bens, diferentes classes de bens. 7 Fato Jurídico. 7.1 Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. 7.2 Negócio Jurídico. 7.3 Prescrição e decadência. 7.4 Direito das Obrigações: modalidades; transmissão; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento. 7.5 Contratos em geral. 8 Posse. 8.1 Classificação, aquisição, efeitos e perda. 8.2 Propriedade: aquisição e perda da propriedade. 8.3 Direito real sobre coisa alheia. 9 Responsabilidade civil. 9.1 Teoria da culpa e do risco. 10 Direito Empresarial. 10.1 Origem; evolução histórica; autonomia; fontes; características. 10.2 Empresário: caracterização; inscrição; capacidade; teoria da empresa e seus perfis. 11 Teoria geral dos títulos de crédito. 11.1 Títulos de crédito: letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata. 11.2 Aceite; aval; endosso; protesto; prescrição. 11.3 Ações cambiais. 12 Espécies de empresa. 12.1 Responsabilidade dos sócios. 12.2 Distribuição de lucros. 12.3 Sócio oculto. 12.4 Segredo comercial. 13 Teoria geral do direito societário. 13.1 Conceito de sociedade; personalização da sociedade. 13.2 Classificação das sociedades: sociedades não personificadas; sociedades personificadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperada; sociedades coligadas. 13.3 Liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização. 13.4 Sociedade limitada; sociedade anônima. 13.5 Estabelecimento empresarial. 13.6 Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária. 13.7 Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial. 14 Sistema Financeiro Nacional: constituição; competência das entidades integrantes; instituições financeiras públicas e privadas; liquidação extrajudicial de instituições financeiras; sistema financeiro da habitação. 15 Títulos de crédito: atributos gerais; integração das leis uniformes de Genebra no direito brasileiro; nota promissória, duplicata; cheque. 16 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Eleitoral: 1 Lei Federal nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral). 1.1 Introdução. 1.2 Órgãos da justiça eleitoral. 1.2.1 Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 1.2.2 Tribunais Regionais Eleitorais. 1.2.3 Juízes eleitorais e juntas eleitorais: composição, competências e atribuições. 1.3 Alistamento eleitoral: qualificação e inscrição, cancelamento e exclusão. 1.4 Eleições: sistema eleitoral; atos preparatórios da votação; material para a votação; votação; apuração. 1.5 Garantias eleitorais. 1.6 Propaganda partidária. 1.7 Recursos. 1.8 Disposições penais. 2 Lei Federal nº 9.504/1997. 2.1 Disposições gerais. 2.2 Coligações e federações. 2.3 Convenções para escolha de candidatos. 2.4 Registro de candidatos. 2.5 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 2.6 Propaganda eleitoral. 3 Lei Federal nº 9.096/1995. 3.1 Disposições preliminares. 3.2 Filiação partidária. 4 Resolução do TSE nº 23.659/2021. Resolução do TSE nº 21.538/2003. 4.1 Alistamento eleitoral. 4.2 Transferência de domicílio eleitoral. 4.3 Segunda via da inscrição. 4.4 Restabelecimento de inscrição cancelada por equívoco. 4.5 Formulário de atualização da situação do eleitor. 4.6 Título eleitoral. 4.7 Acesso às informações constantes do cadastro. 4.8 Restrição de direitos políticos. 4.9 Revisão do eleitorado. 4.10 Justificação do não comparecimento à eleição (com a alteração do Acórdão do TSE nº 649/2005). 5. Lei Federal nº 6.091/1974. 6 Disposições constitucionais acerca dos direitos políticos, partidos políticos e organização da Justiça Eleitoral. 7 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Tributário: 1 O Estado e o poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios. 3 Tributo: conceito e espécies. 4 O Código Tributário Nacional. 5 Normas gerais de direito tributário. 6 Obrigação tributária. 6.1 Conceito e espécies. 6.2 Fato gerador (hipótese de incidência). 6.3 Sujeitos ativo e passivo. 6.4 Solidariedade. 6.5 Capacidade tributária. 6.6 Domicílio tributário. 7 Crédito tributário. 7.1 Conceito. 7.2 Natureza. 7.3 Lançamento. 7.4 Revisão. 7.5 Suspensão, extinção e exclusão. 7.6 Prescrição e decadência. 7.7 Repetição do indébito. 8 Responsabilidade tributária. 8.1 Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. 8.2 Solidariedade e sucessão. 8.3 Responsabilidade pessoal e de terceiros. 8.4 Responsabilidade supletiva. 9 Sistema Tributário Nacional. 9.1 Princípios gerais. 9.2 Limitações ao poder de tributar. 9.3 Repartição das receitas tributárias. 10 Os tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. 11 Processo judicial tributário. 11.1 Execução fiscal. 11.1.1 Exceção de pré-executividade. 11.1.2 Embargos do executado. 11.2 Ação anulatória de débito fiscal. 11.3 Lei de execução fiscal. 12 Ilícito tributário: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário, crimes contra a ordem tributária. 13 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Ambiental: 1 Princípios do Direito Ambiental. 2 A Constituição Federal e o meio ambiente. 3 A legislação brasileira florestal (Lei nº 12.651/2012, 11.428/2006, 11.284/2006 e regulamentos). 4 A legislação brasileira de unidades de conservação (Lei nº 9.985/2000 e regulamentos). A Proteção e a conservação da biodiversidade. A Lei nº 11.516/2007. 5 Poder de Polícia Ambiental. Crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e regulamentos). Procedimento administrativo para apuração de infrações ambientais (Decreto nº 6.514/2008). Licenciamento ambiental (LC nº 140/2011, Lei nº 6.938/1981, RESOLUÇÃO CONAMA nº 428/2010 e regulamentos). 6 Organizações dos Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação (SISNAMA e SNUC). Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Proteção e conservação da biodiversidade. Legislação e tratados para a proteção às espécies ameaçadas. Biossegurança e controle de Organismos Geneticamente Modificados (OGM). 7 Responsabilidade ambiental: conceito de dano e reparação ambiental. 7.1 Responsabilidade administrativa, civil e penal. 8 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direitos Humanos: 1. Constituição Federal Brasileira (1988). 2. Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU - 1948). 3. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984). 4. Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação; 5. Afirmção histórica dos direitos humanos; 6. Garantias processuais dos Direitos Humanos, Interpretação e Aplicação dos Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos. 7. A Natureza Jurídica da incorporação de normas internacionais sobre Direitos Humanos ao direito interno brasileiro. 8. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 9. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (Decreto nº 40/1991). 10. Lei nº 13.060/2014. 11. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (Resolução da ONU nº 34/169 de 1979). 12 Pacto de São José da Costa Rica e Decreto nº 678/1992. 13 Bloco de constitucionalidade e controle de convencionalidade. 14 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e



legislação relacionada com os temas.

Art. 14º Fica **RETIFICADO** o Anexo II do Edital de Abertura nº 008/2022, **com alteração do conteúdo programático da Prova Discursiva, nas áreas de conhecimento:** Direito Penal; Direito Processual Penal; Legislação Especial; Direito Administrativo; Direito Constitucional e Direito Civil, passando a conter a seguinte redação:

Direito Penal: 1 Introdução ao direito penal. 1.1 Conceito, caracteres características, velocidades e função do direito penal. 1.2 Princípios básicos do direito penal. 1.3 Relações com outros ramos do direito. 1.4 Direito penal e política criminal. 1.5 Escolas penais, garantismo, funcionalismo e direito penal do inimigo. 2 A lei penal. 2.1 Características, fontes, classificações, analogia, interpretação, vigência e aplicação. 2.2 Lei penal no tempo e no espaço. 2.3 Imunidade. 2.4 Condições de punibilidade. 2.5 Concurso Conflito aparente de normas. 2.6 Lei penal em branco. 3 Teoria geral do crime. 3.1 Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. 3.2 Bem jurídico. 3.3 Tempo e lugar do crime. 3.4 Punibilidade. 3.5 Concurso de crimes e crime continuado. 3.6 Fato típico: conduta; resultado; relação de causalidade e tipicidade. 4 Teoria do tipo. 4.1 Crime doloso e crime culposos. 4.2 Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. 4.3 Erro de tipo. 4.4 Classificação jurídica dos crimes. 4.5 Crimes comissivos e omissivos. 4.6 Crimes de dano e de perigo. 4.7 Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. 4.8 Iter criminis. 4.9 Consumação e tentativa. 4.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 4.11 Arrependimento posterior. 4.12 Crime impossível. 5 Ilícitude. 5.1 Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. 6 Teoria geral da culpabilidade. 6.1 Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. 6.2 Princípio de culpabilidade. 6.3 Culpabilidade e pena. 6.4 Causas de exclusão da culpabilidade. 6.5 Imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. 6.6 Erro de proibição. 7 Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação. 8 Teoria geral da pena. 8.1 Cominação das penas. 8.2 Penas privativas de liberdade. 8.3 Penas restritivas de direitos. 8.4 Regimes de pena. 8.5 Pena pecuniária. 8.6 Medidas de segurança. 8.7 Aplicação da pena. 8.8 Elementares e circunstâncias. 8.9 Causas de aumento e de diminuição das penas. 8.10 Fins da pena. 8.11 Livramento condicional e suspensão condicional da pena. 8.12 Efeitos da condenação. 8.13 Execução penal. 9 Extinção da punibilidade. 9.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. 9.2 Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas. 10 Crimes. 10.1 Crimes contra a pessoa. 10.2 Crimes contra o patrimônio. 10.3 Crimes contra a propriedade imaterial. 10.4 Crimes contra a propriedade intelectual. 10.5 Crimes contra a organização do trabalho. 10.6 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 10.7 Crimes contra a dignidade sexual. 10.8 Crimes contra a família. 10.9 Crimes contra a incolumidade pública. 10.10 Crimes contra a paz pública. 10.11 Crimes contra a fé pública. 10.12 Crimes contra a administração pública. 10.13 Crimes contra as finanças públicas. 10.14 Crimes contra o Estado democrático de direito. 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 12 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Processual Penal: 1 Direito processual penal. 1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características. 1.2 Fontes. 1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. 1.4 Sistemas de processo penal. 2 Inquérito policial. 2.1 Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamentos; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notícia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos; presidência, arquivamento e trancamento. 2.2 Demais investigações preliminares. 2.3 Acordo de não persecução penal. 3 Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. 4 Ação penal. 4.1 Conceito, características, espécies e condições. 4.2 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. 4.3 Citação, intimação, interdição de direito. 5 Competência. 5.1 Critérios de determinação e modificação. 5.2 Incompetência. 5.3 Conexão e continência. 5.4 Questões e processos incidentes. 6 Juizados especiais criminais. 7 Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo. 8 Provas. 8.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 8.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 8.3 Valoração. 8.4 Ônus da prova. 8.5 Provas ilícitas. 8.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. 8.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. 8.8 Exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral. 9 Prisão. 9.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. 9.2 Prisão em flagrante. 9.3 Prisão temporária. 9.4 Prisão preventiva. 9.5 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. 9.6 Fiança. 9.7 Medidas cautelares diversas da prisão. 10 Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal. 11. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 12. Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo; procedimento especial do Tribunal do Júri. 13 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 14 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Legislação Especial: 1. Decreto-Lei n. 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais. 2. Lei n. 1.521/1951 - Lei dos Crimes contra a Economia Popular. 3. Lei n. 2.889/1956 - Lei do Crime de Genocídio. 4. Lei n. 5.250/1967 - Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. 5. Decreto-lei n. 201/1967 - Crimes de responsabilidade. 6. Lei n. 5.553/1968 (contravenção penal de retenção de documento de identificação). 7. Lei n. 7.210/1984 - Lei de Execução Penal. 8. Lei nº 7.492/1986 - Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. 9. Lei n. 7.716/1989 - Lei dos Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor. 10. Lei n. 7.960/1989 - Lei de Prisão Temporária. 11. Lei n. 8.069/1990 - Da prática de ato infracional. 12. Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente. 13. Da infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente. 14. Dos Crimes contra a criança e ao adolescente. 15. Lei n. 8.072/1990 - Lei dos Crimes Hediondos. 16. Lei n. 8.078/1990 - Crimes contra o Consumidor. 17. Lei n. 8.137/1990 - Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo. 18. Lei n. 8.176/1991 - Lei dos crimes contra a ordem econômica. 19. Lei n. 8.666/1993 - Crimes tipificados na Lei das Licitações. 20. Lei n. 9.099/1995 - Lei dos Juizados Especiais Criminais. 21. Lei n. 9.296/1996 - Lei da Intercepção de Comunicações Telefônicas. 22. Lei n. 9.434/1997 - Crimes tipificados na Lei de Transplantes. 23. Lei n. 9.455/1997 - Lei de Tortura. 24. Lei n. 9.503/1997 - Crimes de Trânsito. 25. Lei n. 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais. 26. Lei n. 9.613/1998 - Lei da Lavagem de Dinheiro. 27. Lei n. 9.069 9.609/1998 - Infrações Penais contra a propriedade intelectual. 28. Lei n. 9.807/1999 - Proteção a vítimas e testemunhas. 29. Lei n. 10.671/2003 - Crimes tipificados no Estatuto de Defesa do Torcedor. 30. Lei n. 10.741/2003 - Crimes tipificados no Estatuto do Idoso. 31. Lei n. 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento. 32. Lei n. 11.101/2005 - Disposições penais da Lei de Falências. 33. Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. 34. Lei n. 11.343/2006 - Lei de Drogas. 35. Lei n. 12.830/2013 - Lei de Investigação Criminal. 36. Lei n. 12.850/2013 - Lei das Organizações Criminosas. 37. Lei n. 12.965/2014 (Marco civil da Internet). 38. Lei n. 13.146/2015 - Crimes tipificados no Estatuto da Pessoa com Deficiência. 39. Lei n. 13.260/2016 - Lei do Terrorismo. 40. Lei n.º 12.037/2009 - Identificação Criminal do civilmente identificado. 41. Lei n.º 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). 42. Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 43. Lei n. 13.869/2019 - Lei do Abuso de Autoridade. 44. Lei nº 13.964/2019 (Aperfeiçoa a Legislação Penal e Processual Penal). 45. Lei n. 14.344/2022 - Violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente. 46. Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Administrativo: 1 Conceito e fontes do direito administrativo. 1.1 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo. 1.2 Princípios da Administração Pública. 2 Administração Pública: organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos. 3 Administração indireta e entidades paralelas. 3.1 Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista. 4 Atos administrativos. 4.1 Conceitos, requisitos, elementos, atributos, pressupostos e classificação. 4.2 Fato e ato administrativo. 4.3 Atos administrativos em espécie. 4.4 O silêncio no direito administrativo. 4.5 Cassação. 4.6 Revogação e anulação. 4.7 Processo administrativo. 4.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 4.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 4.10 Validade,



eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 4.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 4.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 4.13 Atos administrativos gerais e individuais. 4.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 4.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 4.16 Ato administrativo inexistente. 4.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 4.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 4.19 Vícios do ato administrativo. 4.20 Teoria dos motivos determinantes. 4.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. 5.2 Poder disciplinar. 5.3 Poder de polícia. 5.4 Liberdades públicas e poder de polícia. 5.5 Discricionariedade e vinculação. 6 Serviços públicos: regulação, concessão, permissão e autorização do serviço público. 6.1 Outorga e delegação. 6.2 Direitos dos usuários dos serviços públicos. 7 Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. 7.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. 8 Bens públicos. 8.1 Regime jurídico. 8.2 Aquisição e alienação dos bens públicos. 8.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares. 9 Licitações: modalidades e procedimentos Lei Federal nº 14.133/2021. 10 Contratos administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021). 11 Convênios e consórcios administrativos. 12 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo. 13 Agentes públicos: espécies e classificação. 13.1 Cargo, emprego e função públicos. 13.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 13.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa. 13.4 Lei Estadual nº 20.756/2020. 14 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil. 15 Administração pública. 15.1 Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito. 15.2 Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. 16 Regime jurídico-administrativo. 16.1 Conceito. 16.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. 16.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 16.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. 17 Agências reguladoras. 18 Processo administrativo. 18.1 Lei estadual nº 13.800/2001. 19 Poderes e deveres da administração pública. 19.1 Poder regulamentar. 19.2 Dever de agir. 19.3 Dever de eficiência. 19.4 Dever de probidade. 19.5 Dever de prestação de contas. 19.6 Uso e abuso do poder. 19.7 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. 20 Lei nº 8.987/1995 (regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos). 21 Lei nº 11.079/2004 (parceria público-privada). 21.1 Disposições doutrinárias. 21.2 Conceito. 21.3 Delegação: concessão, permissão e autorização. 22 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 23 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 24 Modalidades. 25 Tipos. 26 Procedimento. 27 Anulação e revogação. 28 Improbidade administrativa. 29 Processo Administrativo Disciplinar da Lei estadual n. 20.756/2020. 30 Responsabilidade civil do Estado. 31 Acesso à informação. 32 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Constitucional: 1 Direito constitucional. 1.1 Noções gerais, ciclos constitucionais. 2 Classificações das constituições. 3 Poder constituinte. 3.1 Fundamentos do poder constituinte. 3.2 Poder constituinte originário e derivado. 3.3 Reforma e revisão constitucionais. 3.4 Limitação do poder de revisão. 3.5 Emendas à Constituição. 3.6 Poder constituinte e revolução. 3.7 Estrutura da Constituição. 4 Controle de constitucionalidade. 4.1 Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. 4.2 Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. 4.3 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. 4.4 Arguição de descumprimento de preceitos fundamentais. 4.5 O fenômeno Jurídico da desconstitucionalização. 4.6 Recepção; inconstitucionalidade superveniente; repristinação. 5 Interpretação constitucional. 6 Direitos e deveres fundamentais. 6.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 6.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 6.3 Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. 6.4 Partidos políticos. 6.5 Garantias constitucionais individuais. 6.6 Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. 6.7 Remédios do direito constitucional Ações e remédios constitucionais: habeas corpus; mandado de segurança; mandado de injunção; habeas data; ação popular. 6.8 Direitos Sociais e sua efetivação. 6.9 Tratados Internacionais de Direitos Humanos e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro. 7 Poder legislativo. : fundamento, atribuições e garantias de independência. 8 Processo legislativo. : fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. 9 Poder executivo. 9.1 Forma e sistema de governo. 9.2 Chefia de Estado e chefia de governo. 9.3 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 10 Poder judiciário. 11 Funções essenciais à Justiça. 12 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 12.1 Segurança Pública. 12.2 Organização da segurança pública. 12.3 Estado de defesa e estado de sítio. 13 Atribuições constitucionais da Polícia Judiciária. 14 Ordem social. 15 Tratados e Convenções. 15.1 Convenção de Mérida. 15.2 Convenção de Palermo. 15.3 Convenção de Viena. 15.4 Pacto de São José da Costa Rica. 15.5 Tratado de Roma. 16 Conceito, objeto, elementos e classificações da Constituição. História das Constituições. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Neoconstitucionalismo. Poder constituinte decorrente. 17 Organização do Estado. 17.1 Organização político-administrativa. 17.2 Estado federal brasileiro. 17.3 A União. 17.4 Estados federados. 17.5 Municípios. 17.6 O Distrito Federal. 17.7 Territórios. 18 Administração pública. 18.1 Disposições gerais. 18.2 Servidores públicos. 19 Organização dos poderes no Estado. 19.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 20 Comissões parlamentares de inquérito. 21 Organização e competências. 22 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 23 Funções essenciais à justiça. 23.1 Ministério Público. Princípios, garantias, vedações, organização e competências. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). 24 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. 24.1 Limitações do poder de tributar. 24.2 Impostos da União, dos Estados e dos municípios. 24.3 Repartição das receitas tributárias. 25 Finanças públicas. 25.1 Normas gerais. 26 Ordem econômica e financeira. 26.1 Princípios gerais da atividade econômica. 26.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 27 Sistema Financeiro Nacional. 28 Constituição do Estado de Goiás. 29 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Civil: 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2 Pessoa natural. 3 Pessoa jurídica. 4 Personalidade. 5 Domicílio e residência. 6 Bens, diferentes classes de bens. 7 Fato Jurídico. 7.1 Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. 7.2 Negócio Jurídico. 7.3 Prescrição e decadência. 7.4 Direito das Obrigações: modalidades; transmissão; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento. 7.5 Contratos em geral. 8 Posse. 8.1 Classificação, aquisição, efeitos e perda. 8.2 Propriedade: aquisição e perda da propriedade. 8.3 Direito real sobre coisa alheia. 9 Responsabilidade civil. 9.1 Teoria da culpa e do risco. 10 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Art. 15º Este termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, aos 19 dias de setembro de 2022.

Bruno Magalhães D'Abadia

Secretário de Estado da Administração

Protocolo 330888

Edital

GOVERNO DO ESTADO DE GOÍAS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO (SEAD)
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
EDITAL Nº 109, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO
CARGO DE
AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL
RESULTADO DEFINITIVO DE CANDIDATOS
NA CONDIÇÃO SUB JUDICE
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de
suas atribuições legais, e em atendimento as decisões judiciais

favoráveis, para a continuidade no certame, torna público o resultado definitivo dos candidatos, na condição *sub judice*, do **concurso público para o provimento de vagas no cargo de Agente de Segurança Prisional para a Diretoria-Geral da Administração Penitenciária (DGAP)**, conforme a seguir.

1 DO RESULTADO DEFINITIVO DO CONCURSO PÚBLICO

1.1 Resultado definitivo de candidatos com decisão judicial favorável para a continuidade no certame, na seguinte ordem: Região/Cidade, número de inscrição e nome completo, nota final no concurso e classificação provisória na ampla concorrência e classificação PcD por região/cidade.

*** Nota Final = PO (Nota da prova objetiva) + PD (Nota da prova**